



Vitória sediará 2º Encontro Nacional de Magistrados do Trabalho Aposentados



A capital do Espírito Santo será sede do 2º Encontro Nacional de Magistrados do Trabalho Aposentados – Ativos para uma aposentadoria plena. Promovido pela Anamatra em parceria com a Amatra 17 (ES), o evento acontecerá de 28 de abril a 1º de maio e tem como objetivo reunir aposentados e pensionistas da Justiça Trabalhista de todo o país. As inscrições poderão ser feitas até o dia 20 de abril pelo site da Anamatra.

Uma das palestras já confirmadas tem como tema “A Valorização do Magistrado Aposentado – Resolução 125 do CNJ e o Aproveitamento da Experiência do Magistrado Aposentado pelo Poder Judiciário”, e será apresentada pelos ministros aposentados do Tribunal Superior do Trabalho Vantuil



Abdala e José Simpliciano Fontes de Faria Fernandes.

Além da programação científica, que também inclui palestra com o chef Juarez Henrique Campos sobre “Gastronomia como hobby”, os magistrados e pensionistas terão a oportunidade de conhecer melhor o esta-

do do Espírito Santo. Está no roteiro dos participantes do encontro uma visita à fábrica de chocolates Garoto, na cidade de Vila Velha, e um passeio de escuna até a cidade de Guarapari, com parada na praia Três Praias.

Na ocasião, a diretoria da Anamatra também exporá as ações da entidade – projetos, leis e medidas - que têm foco nos interesses dos magistrados aposentados durante o biênio 2009-2011.

O magistrado ou pensionista associado à Amatra de seu estado que quiser se inscrever no 2º Encontro Nacional de Magistrados do Trabalho Aposentados – Ativos para uma aposentadoria plena deve preencher formulário no portal da Anamatra (www.anamatra.org.br).

6º Congresso Internacional da Anamatra – Portugal 2011



Mais de 120 magistrados, autoridades do Poder Judiciário brasileiro, português e espanhol participaram, de 14 a 18 de março em Portugal, do 6º Congresso Internacional da Anamatra.

Várias conferências, palestras e painéis ofereceram aos congressistas a oportunidade de conhecer um pouco mais do Poder Judiciário na Europa, promovendo um verdadeiro intercâmbio cultural.

Confira, na próxima edição do Jornal Anamatra, a cobertura completa do evento.

EXPEDIENTE

PRESIDENTE: Luciano Athayde Chaves (Amatra 21)

VICE-PRESIDENTE: Renato Henry Sant'Anna (Amatra 15)

SECRETÁRIA-GERAL: Maria de Fátima Coelho Borges Stern (Amatra 5)

DIRETOR ADMINISTRATIVO: Ibrahim Alves da Silva Filho (Amatra 6)

DIRETOR FINANCEIRO: Antônio Neves de Freitas (Amatra 3)

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL: Nélie Oliveira Perbeils (Amatra 1)

DIRETOR DE PRERROGATIVAS E ASSUNTOS JURÍDICOS: Germano Silveira de Siqueira (Amatra 7)

DIRETOR DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS: Ary Marimon Filho (Amatra 4);

DIRETOR DE FORMAÇÃO E CULTURA: Fabrício Nicolau dos Santos Nogueira (Amatra 9)

DIRETORA DE EVENTOS E CONVÊNIOS: Carla Reita Faria Leal (Amatra 23)

DIRETOR DE INFORMÁTICA: José Ribamar Oliveira Lima Júnior (Amatra 10)

DIRETORA DE APOSENTADOS: Cristina Ottoni Valero (Amatra 2)

DIRETOR DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS: Gabriel Napoleão Velloso Filho (Amatra 8)

CONSELHO FISCAL: Eulaide Maria Vilela Lins (Amatra 11), Rodrigo Dias da Fonseca (Amatra 18) e Narbal Fileti (Amatra 12); SUPLENTE: Vitor Leandro Yamada (Amatra 14)

CORRESPONDÊNCIAS:

SHS Qd 06 Bl E Conj A Salas 602/608 Brasília/DF CEP: 70316-000

Na Internet: www.anamatra.org.br

Contato: (61) 3322-0266 / 3321-7388

imprensa@anamatra.org.br

REDAÇÃO, EDIÇÃO E JORNALISTAS

RESPONSÁVEIS: Mariana Monteiro (7859/DF) e Viviane Dias (22651/RJ)

MARKETING: Adriana Zetula

REVISÃO: Alessandro Lisboa (4053/DF)

DIAGRAMAÇÃO: Julio Leitão (61) 99677291

IMPRESSÃO: Teixeira Gráfica e Editora

TIRAGEM: 4.800

Carta ao associado



Prezados Associados,

Mais uma vez tenho a satisfação de ocupar este espaço para me dirigir diretamente aos colegas, em especial aos aposentados.

Neste mês de abril realizaremos o 2º Encontro Nacional de Aposentados - Ativos para uma Aposentadoria Plena, na linda cidade de Vitória (ES).

A Anamatra e a Diretoria de Aposentados planejaram para os congressistas e seus acompanhantes uma grade de atividades que privilegia a reunião, o conagraçamento

e a confraternização, sem esquecer da parte científica em que discutiremos intensamente questões de interesse dos aposentados e os problemas que nos afligem.

A cidade de Vitória, eleita para nos acolher, é uma das capitais mais antigas do país. Fundada em 1551, é formada por um arquipélago composto por 33 ilhas e uma porção continental. Possui belezas naturais, ampla rede hoteleira, restaurantes, bares, quiosques, casas de shows e centro de compras. São muitas opções culturais, gastronômicas e de lazer.

Todos já devem ter recebido os folders com as informações do evento. Esperamos superar o comparecimento do encontro anterior. Daí a esmerada programação que elaboramos. Façam suas inscrições o quanto antes!

Lembro que as eleições da Anamatra ocorrerão na mesma semana do Congresso. Convém, portanto, votar eletronicamente - por meio do site da Anamatra - dos dias 20 a 27 de abril, enviar o voto via postal, que deve chegar à Amatra até o dia 29 de abril, ou votar, presencialmente, na sede da sua Associação Regional.

Ademais, não posso deixar de registrar aqui a intensa participação dos colegas aposentados durante todo o ano de 2010 nas diversas atividades e programações da Anamatra e em nossas diversas ações, que sempre visaram garantir o respeito às prerrogativas dos magistrados aposentados.

Estivemos presentes em todos os eventos realizados pela nossa Associação. No Conamat em Brasília (DF) - onde pela primeira vez tivemos um painel próprio -, nos Jogos Nacionais em Bento Gonçalves (RS) - com colegas premiados -, na Jornada Nacional sobre Execução na Justiça do Trabalho, em Cuiabá (MT) e por fim em Lisboa, no 6º Congresso Internacional da Anamatra.

Além disso, atuamos intensamente junto à Comissão Especial que apreciou a PEC 555/06, até a sua conclusão e aprovação (a contribuição previdenciária dos aposentados de acordo com o texto aprovado será reduzida gradativamente a partir de 61 anos de idade até a extinção total aos 65 anos, 20% a cada ano). Trabalhamos agora para que a PEC seja incluída na pauta do Plenário da Câmara dos Deputados, e também para provocar a apreciação das ADIs nº 3363 e 3308, desde 2004 no Supremo Tribunal Federal, sem julgamento Além disso, e estamos patrocinando ações individuais declaratórias questionando a Emenda Constitucional nº 20/98.

Também reunimos os diretores de aposentados regionais pela primeira vez em Brasília e visitamos os colegas pessoalmente nos estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná e Ceará, além da cidade de Campinas, dando continuidade ao projeto de conhecer a realidade dos magistrados aposentados de todas as Regiões do Brasil.

Espero vocês em Vitória (ES)!

Abraços a todos e uma boa leitura a todos.

Cristina Ottoni Valero
Diretora de Aposentados

Eleições: apenas uma chapa se inscreve para pleito de 29 de abril

A Comissão Eleitoral da Anamatra deliberou pela regularidade da inscrição da chapa "Anamatra forte: magistratura digna e independente", encabeçada pelo juiz Renato Henry Sant'Anna, da 15ª Região. O magistrado, cumprindo deliberação estatutária, encontra-se afastado do cargo de vice-presidente da Associação.

As eleições da Anamatra acontecerão no dia 29 de abril, por meio de voto direto, secreto e regional, inclusive pelo processo eletrônico, conforme estabelece o artigo 40, parágrafo único, do Estatuto da entidade. Poderão votar todos os magistrados associados que estiverem em dia com suas obrigações estatutárias.

As Comissão Eleitoral é presidida pelo juiz Bráulio Gusmão (Amatra 9/PR) e integrada pelos juizes Paulo Blair (Amatra 10/DF e TO), secretário, Fernando França (Amatra 2/SP), Rodney Rodrigues (Amatra 24/MS) e Manoel Velloso Sobrinho (Amatra 16/MA).



Foto: Arquivo Anamatra

Conheça os integrantes da chapa "Anamatra forte: magistratura digna e independente":

Presidente: Renato Henry Sant'Anna (Amatra 15/Campinas e Região)

Vice-presidente: Paulo Luiz Schmidt (Amatra 4/RS)

Secretário-Geral: Fabrício Nicolau dos Santos Nogueira (Amatra 9/PR)

Diretor Administrativo: João Bosco de Barcelos Coura (Amatra 3/MG)

Diretor Financeiro: Gilberto Augusto Leitão Martins (Amatra 10/DF e TO)

Diretora de Comunicação Social: Cléa Maria Carvalho de Couto (Amatra 1/RJ)

Diretor de Prerrogativas e Assuntos Jurídicos: Vitor Leandro Yamada (Amatra 14/RO)

Diretor de Assuntos Legislativos: Germano Silveira de Siqueira (Amatra 7/CE)

Diretor de Formação e Cultura: Narbal Antônio de Mendonça Fileti (Amatra 12/SC)

Diretor de Eventos e Convênios: André Machado Calvancanti (Amatra 13/PB)

Diretor de Informática: Valter Souza Pugliesi (Amatra 19/AL)

Diretora de Aposentados: Terezinha Célia Kineipp Oliveira (Amatra 10/DF e TO)

Diretor de Cidadania e Direitos Humanos: Marcos Neves Fava (Amatra 2/SP)

Conselho Fiscal: Titulares – Viviane Maria Leite de Faria (Amatra 5/BA), Leonardo Ely (Amatra 24/MS), Luciana Paula Conforti (Amatra 6/PE). Suplente – Adib Pereira Netto Salim (Amatra 17/ES) *AF*

Eleições CNJ: Anamatra fará consulta para entrega de lista tríplice ao TST

A Anamatra promoverá este ano, a exemplo do que ocorreu em 2007 e 2009, uma consulta entre seus associados para entrega, ao Tribunal Superior do Trabalho (TST), de lista tríplice para os futuros representantes de 1º e 2º graus no Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O pleito ocorrerá de forma eletrônica entre os dias 4 e 8 de abril.

Os mandatos dos atuais conselheiros do CNJ encerram-se no dia 20 de julho de 2011. Segundo o Regimento Interno do Conselho, a presidência do CNJ deverá solicitar aos Tribunais Superiores e demais entidades, até 60 dias antes do término do mandato, a indicação dos nomes dos representantes das respectivas instituições para serem sabatinados no Senado Federal e, em caso de aprovação, exercerem a função de conselheiros no biênio de 2011 a 2013.

"Não obstante a prerrogativa de escolha dos representantes da Justiça do Trabalho para o CNJ seja exclusiva do Pleno do TST, a consulta entre os juizes do Trabalho repre-



Foto: Ascom/CNJ

senta a vontade da categoria e trata-se de uma informação importante que passaremos ao TST", informou o presidente da Anamatra, Luciano Athayde Chaves. *AF*



Anamatra lançará Agenda Político-Institucional 2011

A Anamatra lançará, em data a ser definida, na Câmara dos Deputados, a Agenda Político-Institucional 2011. A publicação é um instrumento de informação destinado às entidades participantes do debate político. Ela torna conhecido o pensamento da Associação a respeito dos temas do Judiciário brasileiro, com destaque para o Direito do Trabalho.

Esta é a quinta edição da Agenda, que também tem como objetivo difundir racionalidade política e justiça social, além de garantir inserção ampla e aberta da sociedade brasileira nas discussões vinculadas ao crescimento e fortalecimento da magistratura do Trabalho e do Judiciário brasileiro.

Ao longo dos seus quase 35 anos de existência, a Anamatra tem alcançado protagonismo em sua articulação tanto na Câmara dos Deputados, quanto no Senado. Isso é perceptível por meio dos diversos projetos sugeridos pela Associação em tramitação nas duas Casas Legislativas. *A*

DIREITOS HUMANOS

Evento no Rio de Janeiro discutirá trabalho precoce e direitos humanos

A exploração sexual de crianças e adolescentes e o trabalho artístico como obstáculo ao desenvolvimento saudável e a cidadania. Esse será o tema do "Seminário Trabalho Precoce e Direitos Humanos" que a Anamatra em parceria com a Amatra 1 (RJ), a Escola Judicial do TRT/RJ e a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) promoverá de

16 a 18 de maio no Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (RJ).

O evento terá em sua programação conferências e painéis proferidos por desembargadores, procuradores, juízes e promotores de Justiça. Mais informações sobre a programação e inscrições serão disponibilizadas em breve no site da Anamatra – www.anamatra.org.br. *A*

LEGISLATIVO

Frente Associativa discute ATS e aposentadoria integral com senador Valdir Raupp

O diretor de Prerrogativas da Anamatra, Germano Siqueira, e demais integrantes da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público da União, estiveram com o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) no dia 23 de fevereiro. O objetivo do encontro foi tratar da restauração do adicional por tempo de serviço (ATS) e também da Proposta de Emenda à Constituição nº 46/2008, que propõe retorno do pagamento de aposentadoria integral aos integrantes da magistratura e do MP.

Valdir Raupp mostrou-se receptivo com os magistrados e membros do Ministério Público, e demonstrou ser apoiador das propostas. *A*



Foto: Arquivo Anamatra

Presidente da Anamatra é recebido por Michel Temer

O presidente da Anamatra, Luciano Athayde Chaves, foi recebido no dia 18 de janeiro pelo vice-presidente da República, Michel Temer. A reunião aconteceu no gabinete de Temer e também teve a participação do diretor da Anamatra José Ribamar Oliveira.

Luciano Athayde apresentou ao vice-presidente questões relacionadas ao Poder Judiciário, destacando a falta de uma política remuneratória consistente para os magistrados. O juiz relatou a Temer aspectos do Projeto de Lei nº 7.749/2010, que trata da revisão dos subsídios da magistratura, e discutiu as circunstâncias que podem ter levado à não aprovação da proposta pelo Congresso Nacional no fim de 2010.

Por fim, o presidente da Anamatra pediu apoio a Michel Temer para que a política remuneratória da magistratura seja prioridade do Gover-



Foto: Arquivo Anamatra

no Federal e do Congresso Nacional no início desta nova Legislatura. O vice-presidente da República, por sua vez, se colocou à disposição para aju-

dar os magistrados no pleito defendido pela Anamatra, bem como pelas demais entidades representativas da magistratura. *At*

Aberto o Ano Judiciário no Supremo Tribunal Federal

Foi realizada no primeiro dia de fevereiro a solenidade de abertura do Ano Judiciário no Supremo Tribunal Federal (STF). A cerimônia contou com a presença da presidente da República, Dilma Roussef, do procurador-geral da República, Roberto Gurgel, e do advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, além de ministros do STF e de outros tribunais superiores, e demais profissionais do Direito, como o diretor da Anamatra Ribamar Oliveira.

Durante seu discurso, o presidente do STF, ministro Cezar Peluso, fez um breve balanço das atividades do Judiciário em 2010. Ele destacou, por exemplo, a marca que o Supremo atingiu ao fim do ano, tendo 88.701 feitos em tramitação, o que, segundo o ministro, é um "fato

histórico para a Corte que, depois de onze anos, alcança acervo processual de menos de 90 mil processos".

Peluso também deu espaço ao êxito obtido nas matérias de interesse do Judiciário dentro do Congresso Nacional. Dentre elas, o avanço da tramitação no Senado Federal do Projeto de Lei do Senado nº 77/2002, que institui a Certidão Negativa de Créditos Trabalhistas, proposta que nasceu após sugestão da Anamatra, cujo objetivo é barrar empregadores inadimplentes em causas trabalhistas na participação de licitações públicas, no acesso a financiamentos públicos e na obtenção de empréstimos junto a bancos oficiais ou em qualquer tipo de benefício governamental.

Na ocasião, o presidente do STF ressaltou, ainda, a importância dos Pactos Republicanos na celeridade da prestação jurisdicional à sociedade. O ministro explicou que do

primeiro pacto, lançado após a promulgação da Emenda Constitucional nº 45, surgiram "notáveis contribuições para a celeridade processual, como a aprovação dos institutos da Repercussão Geral e da Súmula Vinculante". "Senhora presidente, tomo a liberdade de lançar aqui, de modo formal, a ideia de firmarmos o 3º Pacto Republicano para, em substância, dar continuidade ao processo de aprimoramento da ordem jurídica e consolidar a modernização da máquina judiciária", disse Cezar Peluso, dirigindo-se à Dilma Roussef.

Ao final do discurso, o ministro Cezar Peluso reafirmou a importância dos poderes serem independentes e declarou abertos os trabalhos do Poder Judiciário de 2011. *At*

Vice-presidente da AMB visita Anamatra

Foto: Arquivo Anamatra

O presidente da Anamatra e dirigentes da entidade receberam no dia 15 de fevereiro, na sede da Associação em Brasília, visita de cortesia da vice-presidente de Assuntos Legislativos Trabalhistas da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Lílian Lygia Ortega Mazzeu, do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (SP). Estiveram presentes o vice-presidente da Anamatra, Renato Sant'Anna, e os diretores Fabrício Nogueira (Formação e Cultura) e Cristina Valero (Aposentados).

Na ocasião, os magistrados discutiram propostas legislativas que tramitam na Câmara dos Deputados. Lílian Mazzeu destacou em especial sua atuação e o empenho que pretende dar à tramitação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 438/2001, que determina o confisco da terra onde for constatada a exploração de trabalho escravo. *A*



Integrantes da Comissão da Revista Trabalhista reúnem-se em Brasília

Os integrantes da comissão editorial da Revista Trabalhista Direito e Processo reuniram-se no dia 28 de fevereiro na sede da Anamatra, em Brasília, para analisar as sentenças, acórdãos e artigos científicos que poderão ser publicados na 37ª edição.

Participaram do encontro o diretor de Formação e Cultura da Anamatra, Fabrício Nicolau dos Santos Nogueira, e os magistrados Luiz Colussi (Amatra 4/RS) e Alexandre Teixeira de Freitas Bastos (Amatra 1/RJ). Os juizes José Aparecido dos Santos e Reginaldo Melhado, ambos da Amatra 9 (PR), Guilherme Guimarães Feliciano (Amatra 15/Campinas e Região) e Guilherme Ludwig (Amatra 5/BA) não puderam comparecer ao encontro, mas deliberaram virtualmente sobre o material recebido.

A Revista Trabalhista Direito e Processo é importante veículo crítico de divulgação de ideias na área do Direito do Trabalho e Processual do Trabalho, com ênfase em matérias atinentes à nova competência da Justiça do Trabalho pela Emenda Constitucional nº 45 e aos impactos do Processo Civil no Processo do Trabalho. Também aborda outros ramos do Direito e do conhecimento, desde que guardem relação com o mundo do trabalho e com a atuação da Justiça.

A assinatura da Revista poderá ser feita através do site da editora - www.ltr.com.br, com desconto de 30%. *A*



Foto: Arquivo Anamatra

Magistrados trabalhistas querem aperfeiçoamento da seguridade social

A Anamatra apresentou, no início de fevereiro, ofício dirigido ao novo presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Mauro Luciano Hauschild. No documento, a Associação sugere a criação de um grupo de trabalho para tratar do aperfeiçoamento do sistema de seguridade social do país, mais especificamente no que se refere à atuação dos magistrados trabalhistas nesse campo.

Dentre os temas que precisam ser aprofundados, de acordo com a Anamatra, está o fato de o tempo de serviço reconhecido em decisão da Justiça do Trabalho não ser objeto de pronta observação pelo INSS, e a não aprovação do Projeto de Lei nº 3451/2008, de autoria do Poder Executivo, com colaboração do Tribunal Superior do Trabalho, que visa minimizar esse problema.

Além disso, a Anamatra sugere que sejam discutidas as dificuldades de se operacionalizar o recolhimento das contribuições sociais realizado pela Justiça do Trabalho, de forma a individualizar o beneficiário, considerando as limitações apresentadas pelo atual sistema GFIP/CNIS.

A entidade ressalta no documento que tem discutido esses temas em diversos eventos da magistratura trabalhista. Na Jornada Nacional sobre Execução na Justiça do Trabalho, realizada em novembro de 2010 em Cuiabá (MT), por exemplo, foram aprovados enunciados específicos sobre obrigações relacionadas com as contribuições sociais na justiça trabalhista.

Por fim, a entidade ressalta a necessidade de se aprofundar as relações institucionais entre a Previdência Social e os magistrados do Trabalho, especialmente no que se refere ao modelo atual de execução das contribuições sociais perante a Justiça do Trabalho. *A*

Comissão apresenta medidas para melhorar efetividade da execução trabalhista

O presidente da Anamatra, Luciano Athayde Chaves, acompanhou, no dia 16 de fevereiro, durante reunião do Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho (Colepccor), apresentação dos resultados do trabalho da comissão instituída para discutir medidas com o objetivo de dar maior efetividade à execução trabalhista. (ver notícia acima)

“Não há nada de revolucionário, mas apenas ações práticas. Espero que os senhores tenham ousadia de não ter medo do novo”, disse o corregedor-geral da Justiça do Trabalho, ministro Carlos Alberto Reis de Paula, dirigindo-se aos presidentes e corregedores. *A*

Foto: Arquivo Anamatra



Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho divulga relatório sobre execução

A Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho divulgou relatório final da comissão criada pelo Ato nº 006/2010, com o objetivo de aferir as melhores práticas realizadas nos processos de execução trabalhista. A comissão contou com a participação de três juízes do Trabalho indicados pela Anamatra - Marcos Fava (Amatra 2/SP), Ney Maranhão (Amatra 8/PA) e José Aparecido (Amatra 9/PR).

O documento foi elaborado a partir da coleta de dados nos Tribunais Regionais do Trabalho, nas escolas judiciais, bem como em reuniões presenciais. Outra forma de aferir a questão foi a participação de um membro da Comissão na Jornada Nacional sobre Execução na Justiça do Trabalho, evento que a Anamatra promoveu no mês de novembro em Cuiabá (MT).

O relatório apresenta sugestões de medidas de aperfeiçoamento da execução, a serem adotadas pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho e pelos TRTs, além de um banco de boas práticas para utilização direta pelos órgãos de primeiro grau de jurisdição. O objetivo da Comissão com o trabalho é de fornecer subsídios, inclusive para o estabelecimento de uma política judiciária nacional destinada ao enfrentamento do problema do baixo índice de efetividade dos processos de execução.

Entre as proposições da Comissão estão: a criação de núcleos ou comissões permanentes no âmbito de cada um dos TRTs; definição uniforme dos requisitos necessários à inscrição dos devedores trabalhistas no Serasa; estabelecimento de um procedimento mínimo a ser observado antes da remessa dos autos ao arquivo provisório; reformulação dos quadros es-

tatísticos atualmente existentes, com inclusão de dados capazes de revelar, com maior precisão, a atuação do magistrado na execução trabalhista, a qual deve ser considerada inclusive para o efeito de sua promoção pelo critério de merecimento; citação do devedor por vias alternativas; emissão de certidão de crédito trabalhista e previdenciário, após o esgotamento de todas as tentativas disponíveis; e formas alternativas de expropriação diversas da hasta pública.

Além das proposições para o aperfeiçoamento da execução trabalhista, a Comissão sugeriu a celebração e assinatura de vários convênios e a fixação da Semana Nacional da Execução, com ampla divulgação, para gerar impacto e repercussão no Poder Judiciário. *A*

Anamatra discute 3º Pacto Republicano com presidente do STF

O presidente da Anamatra, Luciano Athayde Chaves, acompanhado de dirigentes de entidades representativas da magistratura, esteve no dia 9 de fevereiro em audiência com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Cezar Peluso. No encontro, foi discutido o 3º Pacto Republicano, que deverá ser assinado pelos três Poderes da República com o objetivo de conferir mais celeridade à prestação jurisdicional e ampliar o acesso da população à Justiça brasileira.

Durante o encontro, Luciano Athayde disse que a entidade fará sugestões para o novo Pacto, entre elas a inserção do tema política remuneratória, o que inclui a proposta de reajuste de subsídio de ministro do Supremo e de restabelecimento do adicional por tempo de serviço. "Reafirmamos também o pedido para que o STF empenhe-se junto aos demais Poderes pela aprovação do PL nº 7749/2010 com urgência", ressaltou o presidente, ao lembrar que a proposta legislativa vai ao encontro do comando constitucional que prevê a reposição anual das perdas inflacionárias.

Também participaram da audiência os presidentes da Amatra 21 (RN), Alexandre Érico Alves da Silva, da Associação

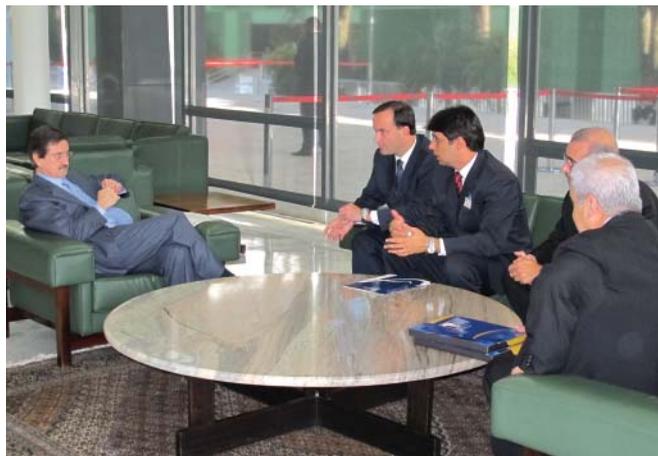


Foto: Arquivo Anamatra

dos Magistrados Brasileiros (AMB), Nelson Calandra, da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), Gabriel Wedy, e da Amajum, José Barroso Filho, coordenador da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público. *A*

CSJT: Anamatra defende auxílio-alimentação para magistrados

O vice-presidente da Anamatra, Renato Sant'Anna, apresentou a entidade na sessão do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) do dia 25 de fevereiro. Na ocasião, foi julgado, entre outros, processo em que a Associação dos Magistrados do Trabalho da 13ª Região (Amatra 13/PB) pede o pagamento de auxílio-alimentação a magistrados de primeiro e segundo graus.

"Chamo atenção para a importância desta matéria. Será que não é o momento deste conselho ousar na interpretação?", indagou o vice-presidente da Anamatra, ao defender a legalidade do pedido, deixando de lado a interpretação restritiva da Lei Orgânica da Magistratura (Loman). "O Conselho Nacional de Justiça está avançando neste assunto e acho que está na hora do CSJT avançar também", completou.

Foto: Ascom TST



No entanto, a relatora da ação, ministra Maria Cristina Peduzzi, votou pela ilegalidade da proposta, alegando falta de fundamento legal. O voto foi aprovado pelos demais conselheiros. A Anamatra estuda levar a matéria para apreciação do CNJ.

NOVOS CONSELHEIROS

Além dos processos em pauta, o Conselho também analisou questões regimentais sobre a escolha de conselheiros representantes das regiões Norte e Sudeste. O regimento do CSJT prevê rodízio entre os tribunais que compõem cada uma das cinco regiões do País (Norte, Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste). Os magistrados são escolhidos pelo Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho (Coleprecor).

Após a discussão, chegou-se ao consenso que o rodízio deve ser repetido quando um ciclo for encerrado, respeitando a ordem de alternância dos tribunais em cada região. Renato Sant'Anna aproveitou para lembrar que a Anamatra já apresentou ao CSJT minuta de legislação regulamentando o funcionamento do Conselho, ocasião em que a ação da Anamatra foi saudada pelo ministro Brito Pereira.

Ainda durante a reunião, tomaram posse como conselheiros os magistrados Márcio Vasques Timbau (TRT-24/MS), para representar a região Centro-Oeste, José Maria de Alencar (TRT-8/PA), para representar a região Norte, e Eduardo Augusto Lobato (TRT-3/MG), para representar a região Sudeste. *A*

Anamatra saúda aprovação do ministro Luiz Fux para o STF

Foto: Carlos Humberto/SCO/STF

O plenário do Senado Federal aprovou a indicação, pela presidente da República, Dilma Rousseff, do ministro Luiz Fux, do Superior Tribunal de Justiça, para ocupar a 11ª cadeira do Supremo Tribunal Federal (STF), cuja vacância data de agosto do ano passado, quando da aposentadoria do ministro Eros Grau.

Para o presidente da Anamatra, Luciano Athayde Chaves, a escolha de Fux, que está na magistratura há quase 30 anos, atende a pleito das associações de classe. “A Corte Suprema de nosso país precisa de um equilíbrio em seus quadros, o que pressupõe magistrados de carreira em sua composição”, afirmou.

Doutor em Direito Processual Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, o ministro Luiz Fux acumula vasta experiência acadêmica e diversas obras publicadas. Iniciou sua carreira na magistratura em 1983, no TJ-RJ. No STJ desde 2001, é membro da Corte Especial, da Comissão de Jurisprudência, do Conselho de Administração, do Conselho da Justiça Federal, tendo presidido a 1ª Turma e a 1ª Seção do órgão.

DIREITO DO TRABALHO NO SUPREMO

Luciano Athayde também ressaltou que é pleito da Anamatra a indicação de magistrados e juristas dedi-



cados às causas sociais, em especial ao Direito do Trabalho, para o STF. “O compromisso com a reafirmação da competência da Justiça do Trabalho na Suprema Corte Brasileira, em especial, pressupõe a presença de ministros comprometidos com a efetivação dos direitos trabalhistas e sociais, condição fundamental para o exercício da cidadania em nosso país”, disse.

Sobre o tema, a Anamatra enviou, em agosto do ano passado, ofício ao então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, mostrando o ele-

vado número de demandas trabalhistas no STF – dados de 2009 apontam para um total de 14.577 processos em matéria trabalhista, o que representa quase 23% dos processos recebidos na Suprema Corte. “Os números revelam a importância do Direito do Trabalho no contexto dos diversos ramos do direito brasileiro e reclama dos atores sociais, bem como do próprio Poder Judiciário, o reconhecimento da exata medida do que ele representa para a sociedade brasileira”, afirma o documento. *A*

Delaíde Arantes é a nova ministra do TST

Foto: Ascom/TST

O plenário do Senado Federal aprovou o nome da advogada Delaíde Arantes para o Tribunal Superior do Trabalho (TST) na vaga aberta em decorrência da aposentadoria do ministro José Simpliciano Fontes de Faria. Indicada pelo então presidente Lula, a sabatina de Delaíde Arantes na Comissão de Constituição e Justiça ocorreu no ano passado.

“A Anamatra saúda a escolha de Delaíde Arantes, certa de que a defesa dos direitos sociais do hipossuficiente e a efetivação do Direito do Trabalho serão prioridade da nova ministra”, afirmou Luciano Athayde



Chaves, presidente da Anamatra, ao saber da aprovação do nome da advogada para compor a Corte.

Delaíde Arantes é pós-graduada em Direito e Processo do Trabalho e em Docência Universitária. Entre suas obras publicadas destaca-se “Trabalho Doméstico - Direitos e Deveres” e “Execução Trabalhista Célebre e Eficiente - Um Sonho Possível”. Durante sua trajetória, ocupou cargos no Conselho Estadual da Mulher no Estado de Goiás, na Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica e no Instituto Goiano de Direito do Trabalho. *A*

Presidente da Anamatra fala sobre direito trabalhista a professores do Senac de Brasília

O presidente da Anamatra, Lucia-no Athayde Chaves, proferiu palestra no dia 1º de fevereiro no primeiro dia de atividades do I Seminário de Capacitação de Multiplicadores do Programa Trabalho, Justiça e Cidadania no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), em Brasília (DF). Realizado pela Amatra 10 (DF e TO) em parceria com o Senac, o evento contou com a participação de magis-

trados e membros do Ministério Público do Trabalho. “Nosso objetivo é fazer com que o Judiciário chegue até a sociedade e fazer com que os juizes levem à sociedade noções básicas de Direito e ética”, anunciou o presidente da Amatra 10, Gilberto Martins.

Luciano Athayde explicou aos professores que as pessoas até têm conhecimento de seus direitos, mas não possuem as condições necessárias

para lutar pela garantia desses. “Por isso que o TJC existe: porque os direitos do trabalhador existem há muito tempo, mas também não são cumpridos há muito tempo”, contou o juiz. “Com a nossa cartilha, o trabalhador ultrapassa a primeira barreira, que é a do conhecimento das leis trabalhistas”, completou. De acordo com o presidente, o Direito do Trabalho não é para dar mais custo ao país, mas sim para proteger, cuidar do meio ambiente do trabalho. “Não faltam direitos, falta efetividade. E esse é o objetivo do TJC”, ressaltou o presidente.

HISTÓRIA DO DIREITO DO TRABALHO

**Com informações do TRT-10*

O ex-presidente da Anamatra Grijalbo Coutinho, juiz do Trabalho no Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (DF e TO), também proferiu palestra aos professores do Senac. Grijalbo fez um breve relato sobre a história do Direito do Trabalho e sua relevância. “Dois dos princípios básicos previstos na Constituição Federal são a defesa da dignidade da pessoa humana e do valor social do trabalho”, disse o magistrado. *A*

Foto: Arquivo Anamatra



TJC terá ação em Sergipe

O programa Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC) terá ação local em Sergipe. Uma reunião ocorrida no fim de janeiro discutiu detalhes sobre o acordo de cooperação técnica que será assinado entre o Tribunal do Trabalho de Sergipe e a Amatra 20 (SE).

Participaram da reunião os desembargadores Jorge Cardoso, presidente do TRT, e Rita Oliveira, presidente da Amatra 20, o juiz do Trabalho Luiz Manoel Meneses, coordenador do Programa em Sergipe, e a secretária geral da Presidência, Maria Teresa de Castro.

Para o juiz do Trabalho Luiz Manoel Meneses, o grande mérito do programa é a criação de mecanismos permanentes de ampliação da cidadania e de aproximação da sociedade com o Poder Judiciário. “Daremos um passo importantíssimo na construção da responsabilidade social em nosso Regional e na Amatra, que dará implemento ao Programa”.

TJC no Ceará

Mais de três mil alunos no Ceará devem ser beneficiados pela implantação do TJC em seis escolas profissionalizantes de Fortaleza no primeiro semestre deste ano. Essa é a expectativa da juíza Kelly Porto, da Amatra 7 (CE), que coordena o Programa no estado. “Nossa intenção é aumentar ainda mais o número de alunos envolvidos nos próximos anos. Esse ano é apenas o projeto piloto. Queremos aumentar não só o raio de atuação, mas também o número de operadores do direito envolvidos no Ceará, como juizes, promotores, defensores públicos, procuradores federais e universidades”, ressalta.

CORREIO BRAZILIENSE

Artigo do presidente da Anamatra é destaque no jornal Correio Braziliense

A editoria de Opinião do Correio Braziliense do dia 24 de fevereiro publicou artigo do presidente da Anamatra, Luciano Athayde Chaves. No texto, o magistrado fala sobre propostas legislativas que “merecem atenção dos novos parlamentares, por conferirem, em especial, maior celeridade e qualidade à entrega da tutela à sociedade”.

Entre as propostas destacadas pelo presidente estão a segunda etapa da Reforma do Poder Judiciário, instituída pela Proposta de Emenda à Constituição nº 358/2005, e a regulamentação do dispositivo constitucional que cria o Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas. A valorização da magistratura também foi lembrada no artigo de Luciano Athayde, que ressaltou a importância da revisão anual do subsídio de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), conforme prevê o Projeto de Lei nº 7749/2010.

Confira abaixo a íntegra do texto:

A nova legislatura e o Poder Judiciário

***Por Luciano Athayde Chaves**

Realizados os rituais democráticos após as eleições e as cerimônias de posse da nova chefe do Poder Executivo e dos novos integrantes do Legislativo federal, é chegado o momento de pensar nos desafios e na agenda pública para este e os próximos anos. No que se refere ao Judiciário, há de se lançar luzes para as propostas legislativas que merecem atenção dos novos parlamentares, por conferirem, em especial, maior celeridade e qualidade à entrega da tutela à sociedade, destinatária maior da atividade judicante, bem como aquelas que visam fortalecer as instituições judiciárias, em ordem a salvaguardar sua estratégica posição no nosso regime democrático de direito.

Na (re)construção dessa agenda, é preciso destacar alguns aspectos que integram a segunda etapa da Reforma do Poder Judiciário, instituída pela Proposta de Emenda à Constituição nº 358/2005, que aguarda exame pela Câmara dos Deputados desde 2005. A ampliação do acesso à Justiça, o fortalecimento do papel das defensorias públicas e a complementação das alterações no perfil da Justiça do Trabalho, tornando-a mais sintonizada com os atuais desafios do mundo do trabalho,

são pontos que demandam uma pronta deliberação dos congressistas.

Outro ponto que merece atenção é a possibilidade de nomeação dos desembargadores oriundos da magistratura pelo próprio tribunal. O mecanismo tem se revelado positivo desde que foi instituído, na Constituição, para os Tribunais de Justiça dos estados. O que queremos é a sua extensão também para os Tribunais Regionais do Trabalho, já que estes têm até muito mais condições de aferir, por exemplo, os critérios objetivos estabelecidos pela Carta Magna e na Resolução nº 106 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para a promoção por merecimento dos magistrados de carreira.

Na mesma seara, gostaríamos de ver a efetividade de propostas que buscam a modernização da gestão judiciária, como a participação dos juizes de primeiro e segundo grau na eleição dos dirigentes dos tribunais. Esse seria um passo importante para complementar as iniciativas já em curso, desde a Resolução nº 70 do CNJ, na construção de um espaço institucional de governança mais participativa e eficiente.

A regulamentação do dispositivo constitucional que cria o Fundo de

Garantia das Execuções Trabalhistas é outra necessidade urgente, já que está presente na Constituição Federal desde 2004, quando promulgada a primeira etapa da Reforma do Judiciário. O fundo seria integrado pelas multas decorrentes das condenações trabalhistas e administrativas oriundas da fiscalização do trabalho, entre outras receitas. Trata-se de uma necessária medida que confere mais efetividade à tutela jurisdicional, promovendo não apenas o reconhecimento de um direito pelo Poder Judiciário, mas sim a satisfação do crédito, reduzindo-se o tempo de espera do trabalhador para receber, ainda que parcialmente, o seu crédito.

Nada pode justificar o adiamento desse debate, pois os créditos trabalhistas ostentam natureza eminentemente alimentar, sendo, portanto, de urgente e efetiva satisfação. Isso sem mencionarmos que a medida pretende reduzir os níveis atuais de congestionamento da Justiça do Trabalho na fase do cumprimento das decisões.

A valorização da magistratura é outra preocupação que necessita de uma solução legislativa. A revisão anual do subsídio de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), conforme prevê o Projeto de Lei nº 7749/2010, não pode ser mais postergada. Trata-se de um comando inscrito na Constituição Federal, que prevê a reposição anual das perdas inflacionárias, principalmente porque nos últimos cinco anos - desde a implantação do sistema de remuneração em parcela única -, não se construiu uma política remuneratória duradoura e consistente para a magistratura. Tampouco se assegurou a recomposição dos índices oficiais de inflação.

Esse quadro é grave e merece a devida atenção, pois a inexistência de uma política remuneratória é aspecto que em nada contribui com a valorização da carreira judicante. Pelo contrário, pode se constituir em fator de desestímulo à permanência dos atuais magistrados nas instituições judiciárias, além de comprometer o recrutamento de quadros de excelência para integrem um Poder Judiciário cada vez mais forte e independente, pilar do regime democrático de Direito. *A*

LUCIANO ATHAYDE CHAVES
Presidente da Associação Nacional dos
Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra)



Anamatra no **twitter**

Twitter Anamatra: mais um canal de comunicação
para a magistratura trabalhista brasileira

Siga a Anamatra no Twitter: @Anamatra

Portal Anamatra: Acompanhe as
lutas pela defesa das prerrogativas
dos magistrados trabalhistas e
pela defesa da democracia e
interesses da sociedade,
especialmente pela valorização do
trabalho humano, justiça social e
respeito à cidadania por meio do
Portal da Anamatra. Acesse:
www.anamatra.org.br

ESPAÇO DO ASSOCIADO
Clique aqui para acessar

ANAMATRA
ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DOS MAGISTRADOS DA
JUSTIÇA DO TRABALHO

Anamatra no twitter

Pesquisar:

Página Inicial
A Anamatra
Amatras
Justiça do Trabalho
Notícias
Acompanhamento
Publicações
Artigos
Cursos
Convênios
Eventos
TV Anamatra
Cadastre-se
Links
Ouvidoria
Fale Conosco

Assinaturas e edital!
CLIQUE AQUI!

CLIQUE AQUI E PARTICIPE!

JORNADA NACIONAL SOBRE EXECUÇÃO NA JUSTIÇA DO TRABALHO

Destaque

Jornada Nacional sobre Execução na Justiça do Trabalho: confira os enunciados aprovados
Evento promovido pela Anamatra, entre os dias 24 e 26 de novembro em Curitiba, reuniu 250 profissionais do Direito

JORNADA NACIONAL SOBRE EXECUÇÃO NA JUSTIÇA DO TRABALHO

24 a 26 DE NOVEMBRO
HOTEL DEVILLE | CURITIBA/MT

TV Anamatra

Entrevista secretário da Reforma do Judiciário. Assista ao vídeo

[+] mais vídeos

Cursos

Curso "Trabalho, previdência social, relações industriais e processo do trabalho"
Convênio ANAMATRA e Universitá La Sapienza Roma/Itália
XXVIII Cursos de Especialización en Derecho
10 a 26 de janeiro de 2011 Promoção e Realização: Universidad Salamanca

[+] mais

Agenda da Diretoria

Dezembro/2010

D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

Anamatra prestigia posse de novos dirigentes da AMB
Magistrados empossados comandarão a entidade pelos próximos três anos

Anamatra participa de encerramento do ano do Judiciário no TST
Presidente e corregedor da Corte agradeceram apoio da Associação durante 2010